

HISTÓRIAS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: assimetria de gênero?

Maria Asenate Conceição Franco

*Universidade Federal da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- IFBAIANO, e-mail
masenatecf@gmail.com*

Resumo

O objetivo do artigo é analisar e contextualizar elementos empíricos, a violência simbólica na trajetória de vida de mulheres trabalhadoras rurais baianas velada nas relações sociais dissimétricas. A história das mulheres brasileiras narradas por vozes masculinas e marcada pela invisibilidade e episódios, negação de direitos e isolamento intelectual e ordem patriarcal de gênero, acentuado pelo racismo, sexismo e posição social. Processo de resistências de movimentos de mulheres e movimentos feministas negro no contexto social do Brasil traduz adversão à sub-representatividade das mulheres na sociedade modelada pela figura masculina. Na emergência dos anos 1970, as vozes femininas evocaram narrativas e, como sujeito e objeto, (re) escreveram suas histórias. Interlocação com pesquisadoras da temática proposta e análises empíricas oriunda do projeto de pesquisa sobre as representações social da violência contra a mulher no meio rural serão delimitares das reflexões do presente artigo que ampliará discussões sobre a história das mulheres e violência simbólica. A discussão recairá sobre falas de mulheres trabalhadoras rurais que participaram do projeto de pesquisa: Trabalhadoras Rurais, Representações Sociais e a lei 11.340/2006 no meio rural: as expressões multifacetadas da violência doméstica e familiar contra a mulher trabalhadora rural e teve como metodologia as técnicas do grupo focal, rodas de conversas, observação assistemática e questionário¹ como procedimento para complementar informações das mulheres participantes do projeto. A violência simbólica reforçada pela assimetria de gênero nas vidas de mulheres rurais baianas.

Palavras-chave: História das Mulheres, Mulheres Rurais, Gênero, Feminismo Negro, Violência Simbólica.

Introdução

As mulheres por longo período de sua historiografia foram objetificadas, coisificadas, oprimidas, com seus papéis sociais demarcados pelo modelo familiar arraigado no patriarcado. Assumiam a tarefa do cuidar; confinada ao espaço privado, eram (em determinados casos, permanecem) secundarizadas e, sumarizando, mulheres ‘sem histórias’. Destarte, fundamentado na epistemologia feminista, o artigo objetiva é analisar e contextualizar a partir de elementos empíricos, a violência simbólica na trajetória de vida de mulheres trabalhadoras rurais baianas velada nas relações sociais dissimétricas. A interlocação com o acervo bibliográfico alusivo à problemática que recai sobre mulheres e suas narrativas de vida atravessadas pelas multifaces de violências, a exemplo da violência simbólicas e violência racial (CARNEIRO, 2003).

¹ As análises aqui desenvolvidas para este artigo, não consideraram resultados dos questionário.

Segundo Moscovici (2012, p. 8) as representações sociais do sujeito se constroem em pensamento, imagens a partir de seu contexto sócio- histórico e cultural que lhe credencia para compreender a realidade à qual está imerso; “[...] como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em práticas [...]”. Para tanto, representação social constitui-se enquanto,

um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (p. 21).

A opressão feminina no Brasil é histórica (PERROT; 1995; DIAS, 1995; DEL PRIORE, 1998; SOIHET, 1997, 2008). Brasil Colônia, as mulheres negras eram coisificadas, mercadoria. Sobreviviam precariamente, condições subumanas, escravizadas, oprimidas e susceptíveis a violências múltiplas em seus corpos e suas almas. Essas mulheres de origem africana, ‘da senzala’ permaneceram resilientes à formas brutais de tratamentos hostis e inventaram saídas de “[...] não morrer, não adoecer, e não enlouquecer [...]” (DIAS, 2012, p. 361) na casa grande enquanto serviçais dos colonizadores e de suas senhoras.

Lélia González feminista negra, precursora em visibilizar a situação da mulher negra no Brasil, sua luta antirracista e antissexista e crítica sobre a naturalização do racismo no Brasil, assim como destinado conferido ao povo negro; a miséria, logo, negação de justiça social, aponta para controle de imagem socialmente construídas à mulher negra: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (1984, p.226). E nessa concepção dual discriminatória, segundo Werneck (2010, p.4):

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

Já Carneiro (2002; 2003) é veemente na sua discussão sobre estupro colonial sobre a luta das mulheres negras em ampliar a concepção de violência contra a mulher. Sendo esse fenômeno multiforme, a autora salienta a necessidade de inserir nesse contexto, o conceito de violência racial materializadas nas multifaces dos atos brutais (com ou sem marcas visíveis) perpetrados por pessoas sexistas, racistas e misóginas.

A análise baseada na epistemologia feminista, na defesa dos direitos humanos de mulheres rurais, a desnaturalização do “não sujeito”, a não aceitação da condição secundária, da mulher em relação ao homem opressor e dominador. A subordinação feminina cristalizada mundialmente manifesta-se como a forma primária de opressão na história da humanidade (SARDENBERG; COSTA, 1995). Discutir o fenômeno da violência contra a mulher nas suas múltiplas expressões visibilizadas na história feminina como, violências simbólicas e de gênero, torna-se necessário recorrer as relações do exercício do poder masculino sobre a figura feminina submissa. Historicamente, as mulheres ao assumirem o lugar da reprodução social (aquelas detentoras de *status quo*, delegavam tarefas de cuidados a outrem) permaneceram aquém de relatos históricos. Para tanto, Perrot (1995, p. 11) salienta que:

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativas às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos.

Os movimentos feministas nacional e internacionalmente foram importantes haja vista a visibilidade que ganharam com suas mobilizações em defesa da mulher. Neste período, constatada a negação e o esquecimento da história das mulheres, as feministas, antecedem historiadores/as, e emergem com todo impulso neste momento de discussões relevantes sobre a historiografia das mulheres (DEL PRIORE, 1998). A destituição de poderes e participação de mulheres na vida política e social, a espaços educacionais que extrapolem a administração de “cuidados”, atribuí-lhes lugares socialmente demarcados pelo poder masculino, a exemplo do espaço de reprodução social, logo, símbolos que corroboram para a violência simbólica instalada e, em certos ocasiões, naturalizadas pela mulher. A partir de uma visão católica, a ideologia de igualdade entre homens e mulheres, se tornava um discurso vazio, desnecessário no cotidiano feminino.

Para Soihet (1997) representações da violência simbólica na vida de mulheres no século XIX influenciado pelo catolicismo em manter a submissão feminina na época. Ensinamentos religiosos, desconsideravam igualdade de gênero e a participação feminina na vida social e política. Formas simbólicas representadas pela assimetria de gênero que percorria desde questões religiosas a educação formal, eram partes integrantes do cotidiano das mulheres da época. A violência simbólica, enquanto fenômeno “naturalizado” e intrínseco nas relações de gênero, haja vista a

incorporação dos instrumentos de dominação pelo ser dominado, contribuiu para fortalecer os mecanismos da submissão/ opressão.

[...] a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina. [...] definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação- que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída- é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal (p. 4/5).

Essa mulher representava a família, enquanto o homem, racional, detentor das faculdades mentais, pertencia aos ‘mundos’ social e familiar. No que se refere à educação, somente homens acessavam a educação superior, profissões, da área de exatas. Na sociedade da época, a mulher permanecia com papéis previamente definidos; submissa, oprimida; suas funções laborais estavam em consonância com o cuidado materno, administração do lar.

Metodologia

O estudo desenvolvido é de abordagem qualitativa, exploratório e teve seu percurso metodológico fragmentado em três momentos revisão bibliográfica versando sobre a questão histórias de mulheres e violências em suas vidas, sequenciado pelas análises dos resultados obtidos através de técnicas utilizadas durante a operacionalização do projeto mencionado e culminou com seleção de dados empíricos para contextualização e elaboração deste trabalho científico de cunho bibliográfico. Ressalto serem as falas de trabalhadoras rurais originárias de instrumentos metodológicos como rodas de conversas e grupo focal.

Poder-se- ia fazer a releituras de tantos outros acontecimentos percorrido pela autora, entretanto, quando na implementação do projeto de pesquisa realizado com mulheres trabalhadores rurais, registamos também ocorrências de atos violentos cometidos por mulheres cansadas de apanhar e serem ameaçadas de morte por companheiros com quem constituíram laços matrimoniais. Em um contexto onde a violência precisa de um basta, mulheres reagem à dominação masculina como forma de lidar com os maus-tratos e Saffioti (2002, p. 4) divergindo com a categoria “vítima”, a que nós também não concordamos, ressalta:

Todavia, as mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros [...]. Por que, então, continuar denominando as mulheres que sofrem violência de gênero, [...] doméstica e intrafamiliar, de vítimas?

Com a aplicação da técnica de grupo focal, tivemos os seguintes relatos de mulheres trabalhadoras rurais, protagonistas do projeto sobre as representações sociais da violência contra a mulher em contextos rurais baianos, discorreram sobre situações de violências que insistiam em continuar nos seus cotidianos apesar de todo o labor na lavoura desempenhando papel complementar e subalterno (SOIHET, 2001) além das dificuldades no acesso a políticas públicas, a exemplo de equipamento das áreas de educação, creche, saúde, lazer, sistema de proteção social quando em situação de violência doméstica ou familiar, registraram na trajetória conjugal, momentos de assimetria de gênero.

Nesse contexto, vale enfatizar que a história das mulheres não são universalizadas nas vidas femininas, embora a violência doméstica e ou familiar não necessariamente, deva estar imbricada com reciprocidades de momentos violentos de revanches que potencializam a desigualdade de gênero além da falta de respeito à pessoa humana, seja feminina ou masculina. Análise de falas de mulheres que cotidianamente conviveram com a violência nas suas multifaces, encontram formas próprias de defesa dessa violação de direitos humanos, em especial, na condição de esposa, companheira de homens violentos que impuseram domínio sobre suas companheiras pela violência física e psicológica. A exposição abaixo da falas de duas mulheres trabalhadoras rurais, evidenciam o basta à situação de violência doméstica que materializada em agressões físicas, era resultante de outras formas de violência, como psicológica, patrimonial e simbólica que a condição de esposa, mãe, cuidadora, administradora da casa lhe confere ao ‘naturalizar’ papéis femininos’ como intrínsecos à mulher, o que corrobora não somente com a assimetria de gênero, também com a invisibilidade da mulher, sujeito político, portanto, a busca da igualdade de gênero.

Ai um dia ele tentou me pegar eu tava com a menina de 2 meses de nascida eu larguei a menina no braço de minha filha mais velha tá aqui de prova [...] lutei com ele também tava com as unhas grande e lascei a guela dele ele morreu dizendo que ia descontar isso desse dia em diante ele nunca mais partiu pra dizer pra vim perto de mi não. (Primeiro caso)

[...] tenho uma parente minha toda vez ela apanhava o marido batia nela ai ela dava queixa ela não ia lá pra Maria da Penha mais ela dava queixa por aqui a polícia ia lá dava conselho e acabava voltando de novo pra casa, quando foi um dia ela se preparou ele já tava no costume de bater ai ele disse hoje eu vou fazer como os outros dias eu te bato; hoje eu vou te matar ela disse: vem, e ai com a coragem que ela teve ele foi lá pegou um machado pra rachar mermo ela saiu capinando ai Deus mostrou ou Deus ou não sei o que, mostrou uma enxadinha que tinha um cacobunzinho ela só foi pegou assim antes dele descer o machado ela desceu a enxada e rachou a cabeça dele assim ele caiu lá

no chão “oi me matou” ela perna pra que te tem,[...] levou cinquenta ponto. [...] Tu vai me pagar, ela disse: naquele dia eu fiz uma quando tu vi eu faço duas. (Segundo caso).

Nesta conjuntura de hegemonia feminina, não podemos concordar que a violência necessite de resposta à altura para ser resolvida, entretanto, mecanismos e ferramentas capazes de reeducar homens violentos podem ser eficazes, a exemplo da aplicabilidade da Lei 11.340/2006 com suas medidas de prevenção, proteção e punição em situações desencadeadas por atos de violação de direito humanos na questão de gênero.

A violência física se constitui como umas das formas brutais e selvagem da assimetria de gênero, entretanto, a violência simbólica, que oculta hierarquia na relação homem/ mulher, é percebida em circunstâncias “naturais” no comportamento do homem e aceito socialmente. A ocupação de mulheres em cargos de lideranças, assumindo espaços laborais, a exemplo de construção civil. Outro extremo da simbologia ocultada na violência, é a proibição masculina da mulher frequentar espaços discursivos que ampliem o saber feminino, como foi registrado no início da implementação do projeto de pesquisa acima mencionado. Ao receber o convite para participar de uma das reuniões, obtivemos a seguinte resposta da mulher convidada: “*vou falar com o meu marido, se ele deixar, eu vou [...] ele não deixou*”.

A violência simbólica representada sob a forma de submissão/ obediência ao marido se traduz na continuidade da assimetria de gênero, o que culturalmente se impregnou com os discursos androcêntricos, machistas, sexistas e misóginos na sociedade brasileira. A mulher em meio a luta política tem conquistado direitos responsáveis pela sua autonomia, protagonismo, espaços públicos dentre outros aspectos, entretanto, o fenômeno da violência de gênero, apesar da legislação sancionada há quase uma década, permanece rondando a vida de mulheres dos centros urbanos e dos contextos rurais, nestes, a situação torna-se mais complexa, suas vozes, na maioria das vezes, limitam-se às cercas que delimitam as roças, fazendas, sítios. As políticas públicas específicas para esse fenômeno social retardam na sua materialização, haja vista a vontade política em implantar e implementá-las em contextos rurais. Nessa direção, Scott; Rodrigues; Saraiva (2010) salientam que:

[...] a violência contra mulheres no campo termina por constituir uma parcela ainda ínfima do espectro de ações desses atores todos. E justamente em contextos rurais diversos onde a transparência da manifestação exacerbada da condição desigual, hierárquica, põe as mulheres em situação de alta vulnerabilidade (p. 84).

Experiências de violação de direitos humanos vivenciadas nestes contextos rurais por mulheres trabalhadoras do campo, somente reforça a supremacia masculina em suas vidas através dos moldes

patriarcais e estereótipos nesta sociedade marcada pela trama da dominação masculina, logo desigualdade de gênero, com enfatiza Costa (2007, p. 6):

Geralmente, as mulheres são vistas e tratadas apenas como provedoras do bem-estar da família ou como meio de bem-estar de outros, como mães e esposas, nunca como sujeitos autônomos com demandas próprias.

Nesse contexto cujo foco esbarra na violência contra a mulher, Matos (1998) ressalta as transformações ocorridas na historiografia das mulheres, fenômeno este que tem contribuído para as discussões da categoria gênero. A ocupação constante da mulher em diversos espaços, possibilitou a reconstrução de suas experiências, logo, passa a mulher a ocupar o papel de sujeito da história e objeto de estudo nas pesquisas desenvolvidas a partir dessa emergência. Na sua análise ressalta que nos anos 1970, as pesquisas direcionavam para a “reintegrar as mulheres à história e restituir a elas sua história” (p. 67); foi na década de 80 que a diversidade de temáticas alargam as pesquisas; as mulheres enquanto sujeitos ativos, sua emergência e consolidação nos espaços públicos, não mais confinadas à esfera privada (lar). Em meio às discussões no que se refere à invisibilidade das mulheres, a denúncia as variadas formas de opressão historicamente constituídas na vida das mulheres. São essas anomalias constantes na história das mulheres e nesse contexto que as pautas de reivindicações políticas dos movimentos feministas na perspectiva de emancipação e autonomia feminina, emerge a análise da categoria gênero com o campo teórico ainda tímido.

[...] a categoria gênero reivindica para si um território específico em face a insuficiência de corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens. [...] encontrou um terreno favorável na historiografia brasileira contemporânea (DIAS1997, p.68).

Resultados e Discussão

Ao analisar as representações sociais da violência doméstica em contextos rurais entrecruzada com as relações patriarcais de gênero, é visível nas mulheres, embora desamparadas de mecanismos que lhe garantam a proteção social e prevenção em situação de violência doméstica, demonstrarem em suas respostas, o grito pelo basta de invisibilidade à desigualdade de gênero na sociedade brasileira/baiana. Suas respostas denotam que não aceitam a relação patriarcal de gênero. Tavares (2015, p. 547) considera a violência de gênero contra mulheres como:

[...] fenômeno recorrente nas sociedades contemporâneas, identificado em várias partes do mundo, atinge mulheres de diferentes classes sociais, faixas etárias, castas, raças e etnias, embora nem sempre seja visível ou considerado como um problema social. No entanto, desde as últimas décadas do século XX, a violência doméstica e familiar, em especial, tem sido alvo de estudos que buscam conferir visibilidade e compreender esse fenômeno, e também refletir sobre os serviços públicos e as políticas de enfrentamento.

Diversas tipologias da violência contra a mulher no meio rural perpetrada pelo homem são configuradas a partir da concepção de violência de gênero numa situação de alteridade masculina e opressão da mulher modelada pelo contexto social da “ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p. 138); tende a reforçar, na medida em que eixos estruturantes desencadeiam padrões de desigualdade nas suas interseccionalidades, matrizes sociais de exclusão assim denominados: classe, raça/etnia, geração dentre outros fatores, contribuem para acirrar a exclusão social feminina e negligenciar direitos de cidadania. E como bem diz SAFFIOTI (1994; p. 443) “A violência do macho contra a mulher [...] é constitutiva na organização social de gênero no Brasil”.

Baseado na constituição da realidade rural, a violência simbólica é permanente, mas invisível pelo fato de fazer parte do cotidiano das mulheres pesquisadas onde as violências psicológicas, a exemplo de xingamentos, baixas autoestima, passam despercebidas por serem recorrentes no seu dia a dia, uma vez que não deixam marcas “aparentes”. Saffioti (2004) ressalta que a violência psicológica está presente nas diversas tipologias da violência de gênero. A complexidade do ato brutal e suas manifestações considera o lugar e o contexto de inserção do fenômeno na rede mais ampla da violência estrutural (BANDEIRA, 2013).

Violência contra a mulher sob olhares de trabalhadoras rurais reforça a desproteção social de políticas públicas, exemplo de Delegacia especializada, Casa abrigo e, mesmo com implantação de Unidades Móveis para atender mulheres com seus direitos humanos violados, ainda não consegue êxito satisfatório. Reconhecer na violência contra mulher problema social que viola os direitos humanos a partir das violências de gênero engendrada através de construções e reproduções histórica e cultural do opressão/ dominação/exploração legitimadas socialmente no imaginário social da ordem patriarcal de gênero. Dias (1995) traz a releitura da vida de mulheres no tocante à singularidade e pluralidade a partir de suas adjetivações, seus múltiplos extratos sociais: negra, trabalhadora, índia, mestiça, forra, escrava, pobres, ativista, improdutiva, ‘cabeças de fogo’². Ela evidencia elementos relevantes, fatos e episódios ocorridos nos séculos analisados a importante contribuição das mulheres no contexto social, econômico, político e histórico do Brasil. Ao ressignificar a imagem das mulheres nos seus fatores multideterminados, multicausais que as posicionam na condição de labor para garantir meios sobrevivência, reforça que:

O espaço de sobrevivência das mulheres pobres, brancas, escravas e forras na cidade de São Paulo coincidia com a margem tolerada de relativa autonomia dos desclassificados

² A autora, com essa expressão, refere-se às mulheres principais provedoras de seus domicílios.

sociais; difícil, se não impossível, de ser devidamente policiada, cresceu com a urbanização, multiplicando oportunidades de improvisações de papéis informais; na cidade, as mulheres pobres circulavam pelo espaço social- fontes, lavadouros, ruas e praças-, onde se alternavam e sobrepunham o convívio o convívio das vizinhanças e dos forasteiros, do fisco municipal e do pequeno comércio clandestino, as fimbrias das escravidão e do comércio livre. [...] mulheres pobres, em sua faina por um ganha- pão precário. Anônimas viveram antes o tempo dos pequenos e a luta de sobrevivência dos oprimidos, [...].

Contrário aos estereótipos à figura feminina ‘frágil’, ‘feminização da pobreza’, ‘sem serventia’, ‘submissa’, ‘papel secundário’ tanto na época da análise de Dias, quanto na atualidade, ressalta-se que com menos frequência, são as mulheres, sujeitos sociais que, na sua trajetória, expericiaram e expericiam, árduas lutas para manutenção das despesas, a ocupação compulsória dos espaços públicos e privado, principalmente as mulheres, como afirma a autora, ‘cabeças de fogo’ pertencentes à classe popular. Em certos casos, inseridas no mundo do trabalho informal, subempregos, desprotegidas dos direitos trabalhistas e, na maioria das vezes, cumpridoras das condicionalidades de programas de transferências de renda, o que acarreta as suas atribuições em meio à diversidades de papéis a assumir socialmente.

Soihet (1997) analisa as representações da violência simbólica na vida de mulheres no século XIX. Ela destaca a influência da Igreja Católica em manter a submissão feminina no contexto da época. Entre os ensinamentos religiosos, tornava-se irrelevante a discussão sobre igualdade entre homens e mulheres e quanto ao direito à participação na vida social e política, as mulheres eram dispensadas. As formas simbólicas representadas pela assimetria de gênero que percorria desde questões religiosas a educação formal, eram partes integrantes do cotidiano das mulheres da época. A violência simbólica, enquanto fenômeno “naturalizado” e intrínseco nas relações de gênero, haja vista a incorporação dos instrumentos de dominação pelo ser dominado, contribuiu para fortalecer os mecanismos da submissão/ opressão. Decerto, fica a mulher alheia à vida social e política, comprometeria sua autonomia enquanto sujeito político.

[...] a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina. [...] definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação- que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída- é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal (p. 4/5).

Essa mulher representava a família, enquanto o homem, racional, detentor das faculdades mentais, pertencia aos ‘mundos’ social e familiar. No que se refere à educação, somente homens acessavam a educação superior, profissões, da área de exatas. Na sociedade da época, a mulher permanecia com papéis previamente definidos; submissa, oprimida; suas funções laborais estavam em

consonância com o cuidado materno, administração do lar. Embora o trabalho de Soihet (1997) reflita a submissão feminina e o poder masculino, a autora faz o paradoxo com as lutas feministas com vistas à cidadania plena das mulheres, o que contrariava na época do Iluminismo (A verdade das luzes). Mulheres mártires como Olympe Gouges na luta pela defesa dos Direitos da Mulher, foi condenada à morte; já Nísia Floresta, pela via da imprensa escrita, publicava as insatisfações femininas, como por exemplo o direito à educação, ao divórcio, independência econômica, direitos civis e políticos; Bertha Lutz ativista no movimento em defesa da cidadania plena da mulher, lutou em favor do direito ao voto feminino.

Soihet (2001) e Del Priore (1998) chamam a atenção para os contornos sinuosos durante o percurso desse processo caracterizado por negação e esquecimento. As autoras apontam dois acontecimentos na década de 1970; a emergência do feminismo e sua interligação com a antropologia e a história das mentalidades; período relevante na produção intelectual com a obtenção da história social e as novas pesquisas apoiada na memória popular. “[...] as militantes dos movimentos feministas fazem a história das mulheres antes mesmo que as próprias historiadoras a façam” (SOIHET, 2001, p. 08). Os registros historiográficos sobre as mulheres assinalam que a sociedade androcêntrica responsabilizou-se em narrar suas histórias o que as levou a tornar-se herdeiras de “um presente sem passado, de um passado decomposto, disperso, confuso” (DEL PRIORE, 1998, p. 217). A memória que visibilizasse o importante papel da mulher na sociedade brasileira emergia sem passado. Destarte, foram as mulheres, por longo período, invisíveis à História (AMORIN, 2003).

Resistir e persistir contra a desigualdade de gênero é marco referencial do campo político dos movimentos de mulheres e das feministas³. No Brasil, há mais de quatro décadas, mulheres se articulam e se mobilizam para desarraigar a violência de gênero. Motivada pelas expressões da assimetria de gênero, e, em muitos episódios, o domicílio familiar é o cenário mais comum onde se materializa a desigualdade de gênero abalizada pela condição feminina sob a dominação masculina a partir da relação patriarcal de gênero. Por ser mulher é condicionada à opressão do homem com quem geralmente, possui vínculo afetivo. Matrizes de exclusão social: gênero, geração, raça, classe e outros, contribuem para intensificar o processo de opressão da mulher e subjugá-la na condição do “sexo frágil”, subalterna, dominada.

³ Para melhor análise consultar SILVA, C.; CAMURÇA, S: Feminismo e Movimentos de Mulheres, (2013); SILVA, 2010.

As mulheres na sua historiografia tem experienciado a violência seja ela simbólica⁴, psicológica, física, moral, patrimonial ou sexual construída pelas relações desiguais entre mulheres e homens, articuladas com suas bases materiais dos eixos de exclusão social de gênero, raça/etnia e classe social. Essas experiências impulsionaram mulheres a lutar coletivamente por justiça social, pelo fim da desnaturalização de problemas determinados pelas relações sociais que indignam esse coletivo quando seus direitos são violados em favor de uma sociedade modelada pelo patriarcado e estereótipos anacrônicos de assujeitamento da figura feminina a padrões e normas estabelecidos pelo domínio e poder do homem sobre a mulher no contexto conjugal brasileiro.

A crítica de Saffioti, (2002) ao fenômeno da violência simbólica, este invade o sub e o consciente de mulheres nessa condição hierárquica e enfatiza: “Trata-se de um fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso violência para realização do projeto masculino de dominação- exploração das mulheres” (p. 03). A percepção da igualdade/ desigualdade de gênero e a relação binária: homem dominador – mulher dominada, se dá na dimensão simbólica, essa manifestação tende a camuflar a opressão e submissão de gênero, a dominação masculina está arraigada na sociedade brasileira que herdou normas e “estereótipos vigentes acerca da relação homem/ mulher que previa a subordinação feminina e a aceitação passiva dos percalços proveniente da vida comum” (SOIHET, 2008, p. 377).

A disciplina e o controle na vida dessa mulheres evidenciava o fenômeno da violência cotidianamente. Destarte, às mulheres pobres impregnavam a violência multiforme estigmatizada pela categoria classe social, o que poderia intensificar quando de linhagem africana. “[...] não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; [...]” (SOIHET, 2008, p. 363). Nessa caminhada histórica das mulheres, revanches às multifaces da violência perpetradas pela figura masculina, revelam que há circunstâncias em que a submissão dá lugar às cóleras femininas, foram registradas na literatura, como podemos analisar:

[...] muitas *populares* vítimas rebelaram-se contra ao maus- tratos de seus companheiros numa violência proporcional, precipitando soluções extremas; mais uma vez desmentindo os estereótipos correntes acerca de atitudes submissas das mulheres. (SOIHET, 2008, p. 370).

⁴ Ver por exemplo SOIHET (1997).

Nessa assertiva, a autora ilustra com narrativas sobre, episódios que foram vivenciados por famílias do Rio de Janeiro e que pode ser analisado no caso relatado pela autora sobre a vida ceifada de “Marcolino Ferreira da Costa”, por sua esposa, “Arminda Marques de Oliveira”, lavradora com quem constituiu matrimônio por quase duas décadas. O desaparecimento da harmonia familiar causado pela embriaguez do companheiro, e Arminda relata:

Muitas vezes apanhava de pau; que Marcolino não tinha mais o menor respeito à família, quer dizendo em frente de seus filhos palavras obscenas, quer praticando com a depoente atos sexuais em sua presença; que a isso era forçada pois que Marcolino tinha um gênio irascível (1917 apud SOIHET, 2008).

Conclusões

A guisa da conclusão, podemos então ressaltar que mulheres historiadoras escreveram Histórias de Mulheres a partir do seu lugar social desde escravizadas àquelas ativistas nas lutas contra a invisibilidade da figura feminina na sociedade brasileira. Nos primórdios, eram os homens, os narradores de histórias das mulheres, o que permitia ‘apagões’ e omissões de episódios ocorridos no cotidiano feminino o que denota o fortalecimento de aspectos relacionados com questões misóginas, machistas e sexistas. As mulheres sempre fizeram e participaram de suas histórias.

As primeiras feministas que emergiram no século XIX e já no século XX, a partir dos anos 1960, em destaque a década de 1970 em diante, mulheres que consolidam suas lutas em defesa dos direitos universais de todas as mulheres, apesar de persistir na sociedade contemporânea fendas patriarcais.

Políticas públicas são implementadas o que reafirma o compromisso político com a igualdade de gênero; mobilizações advindas dos movimentos sociais específicos, organismos internacionais e Estado brasileiro (destaque governo do Presidente Lula da Silva), dentre outras formas de garantir direitos às mulheres, possibilitaram melhorias nas suas vidas, entretanto milhares de mulheres permanecem invisíveis no tocante à sua visibilidade singular e plural.

Mulheres do campo, trabalhadoras rurais em sua maioria, continuam isoladas nos contextos rurais; são sujeito e objeto de suas histórias; também sujeitos políticos capazes de decidir seu destino: protagonista/ autônoma; objetivada/ coisificada; narrar suas histórias ou então meras personagens secundárias.

Referências

BANDEIRA, Lourdes. “A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres”. In: VENTURI, G.& GODINHO, T. (Orgs) *Mulheres Brasileiras e Gêneros*

Nos espaços Públicos e Privado: uma década de mudanças na opinião pública. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc, 2013, SP, pp. 63-78.

BRASIL. **LEI 11.340/2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 29/12/2012>. Acesso em 10-10-14.

CARNEIRO, Sueli. Gênero. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (org.) **Gênero, Democracia e Sociedade brasileira**, p. 167-194, Editora 34, São Paulo, 2002

_____. Mulheres negras, violência e pobreza. In. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Brasil) **Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher** – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. – Brasília: A Secretaria, 2003, p. 10-19.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In. FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.

GONZÁLEZ, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. In. *Revista Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p 223-224.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 9ª ed.- Petrópolis, 2012, RJ: Vozes

PERROT, Michelle. **Escrever uma história das mulheres**: relato de uma experiência. In. *Revista Cadernos Pagu*, n. 4, 1995. p. 9-28

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1994) “**violência de gênero no Brasil atual**”. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, (2), 1994, pp. 443-461.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, – (Coleção Brasil Urgente).

SOIHET, Rachel. **Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas**. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 5, Nº1/1997. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. P. 07-29

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In. DEL PRIORI, Mary (org) **história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p.578-606

TAVARES, Márcia Santana. _____. **Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a lei Maria da Penha e descrença na justiça.** Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38875>. Acesso em 24/06/15.

WERNEK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.** Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>. Acesso em: 10/10/2014.